

Pacote não será tão pesado, garante Figueiredo

Luís Martins,
repórter especial

O presidente Figueiredo revelou ontem a três deputados do PDS que foram recebidos por ele em audiência — Ruy Baccelli, Jairo Azi e França Teixeira, da Bahia — que o “pacote” econômico que será lançado no início da próxima semana (segunda ou terça-feira) não terá o peso nem as dramáticas consequências que vinham sendo noticiadas, pois foi reduzido praticamente à metade, na esperança de que se consiga um difícil ponto de equilíbrio: satisfazer as exigências do FMI sem levar a sociedade brasileira a sacrifícios insuportáveis.

Aos três deputados, o presidente Figueiredo informou que em nenhuma hipótese permitirá que o “pacote” prejudique a rentabilidade das cadernetas de poupança, onde está assentada a base das reservas financeiras da grande massa de pequenos e médios investidores. Só na retirada dessa ameaça já foi exorcizado um fantasma extremamente impopular. Este já não mexerá no bolso do povo.

Outra revelação do presidente Figueiredo aos políticos que estiveram em seu gabinete e que o encontraram “muito tranquilo”: os subsídios ao petróleo e ao trigo serão retirados, mas de forma gradual e de maneira que os cortes sejam bem absorvidos pelos consumidores e não provoquem a seqüela indesejável da realimentação inflacionária. Segundo o próprio presidente explicou para os deputados, não faria sentido eliminar de uma vez os subsídios e produzir-se de imediato efeitos contraproducentes, jogando-se para o alto as taxas de inflação, coisa que o próprio FMI é o primeiro a condenar. Segundo expressão que o presidente Figueiredo teria utilizado na conversa com os parlamentares, “o preço da gasolina, por exemplo, irá subir, mas não chegará à estratosfera, como andam propalando por aí”.

ACORDO SALARIAL

Outra definição posta em termos claros pelo presidente Figueiredo: o “pacote” econômico não “bulirá” (como disse um dos três deputados baianos

com o seu sotaque de nordestino) com o acordo salarial firmado entre o governo e PTB.

— Nenhum dos pontos do acordo cairá — teria assegurado o presidente Figueiredo, ao mesmo tempo que ressaltava que fizera um acordo para valer. Segundo os parlamentares, o presidente também afirmou que o acordo com o PTB foi um acordo político visando o interesse nacional, negociado dentro da normalidade democrática e pluripartidária, sem que dele constasse qualquer indício de “fisiologismo” pois não incluiu a nomeação sequer de um único datilógrafo, quanto mais de outros postos, inclusive ministeriais.

ESTRATEGIA POLITICA

Uma alta fonte do governo admitiu ontem que foi necessária a atuação da área política — entendendo-se como tal conversações mantidas nas áreas do Executivo e do Legislativo — para que o “pacote” econômico não caísse sobre a cabeça da população brasileira da forma incruenta como foi posto inicialmente pela área técnica do governo e que teria sérias consequências no plano social.

O “pacote” econômico não estava totalmente alinhavado até ontem, embora o presidente Figueiredo já estivesse em condições de anunciar que ele não será tão drástico nem penalizará tanto o consumidor. Ainda não foi explicado qual os argumentos que serão utilizados junto ao FMI para justificar a atenuação dos “ajustamentos” recomendados. O fato concreto é que se dirá ao FMI que o governo brasileiro concorda com as necessidades de correção dos estrangulamentos econômico-financeiros (o déficit público é o principal) mas não admite que em nome de um bom desempenho de contas a população seja conduzida ao holocausto.

O quadro atual demonstra, portanto, a existência de um componente político na condução da crise econômica brasileira. Esta é a saída que foi encontrada para evitar sacrifícios extenuantes à população; livrar o PDS de ter que se desgastar ainda mais na defesa de medidas antipopulares; e conter um pouco a rigidez da visão tecnocrática.